

00401-2003-090-03-00-0 AP – 4ª Turma – Publicação: DJ/MG de 27.03.2004

Agravantes: FAZENDA SEQUÓIA LTDA. (1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (2)

Agravados: OS MESMOS

EMENTA: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O termo de compromisso de ajuste de conduta, firmado entre determinada empresa e o Ministério Público do Trabalho, possui a inequívoca natureza de título executivo extrajudicial, a teor do que dispõe o artigo 876, da CLT. Título possuidor de certeza, liquidez, e exigibilidade, assentado em forma regular, natureza, objeto e sujeitos aos quais a obrigação recai, deve ser executado perante a Justiça do Trabalho.

MULTA - ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA DESNECESSIDADE

"De início cumpre ressaltar a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para a cobrança de multa prevista no termo de compromisso de ajustamento de conduta. Ainda que se tal medida devesse ser observada por uma questão de cautela e bom senso, na verdade, inexistente óbice para cobrança da multa quando há pendência de decisão no âmbito da administração, mesmo porque a parte interessada não fica ao desabrigo de defesa, eis que na esfera judiciária tal direito é sempre garantido, como ocorre neste processo." (Juíza Vânia Maria Arruda)

01298-2003-072-03-00-3-AP – 8ª Turma – Publicação: DJ/MG de 09.07.2005

Agravante: CARVÃO TOCANTINS LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - EXECUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. Considerando que o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta celebrado entre a empresa e o Ministério Público do Trabalho constitui título executivo extrajudicial, líquido, certo e exigível, nos termos dos artigos 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85 e art.876/CLT, seu descumprimento enseja o ajuizamento da ação de execução pelo Ministério Público do Trabalho, não a suspendendo, ao contrário do que pretende a executada, eventuais recursos administrativos interpostos perante o Ministério do Trabalho, que, inclusive, tangeram a estado de irregularidade em período anterior ao TCAC, que conferiu prazo razoável para a tomada de providência pela empresa.

00713-2006-047-03-00-4-AP – 1ª Turma – Publicação: DJ/MG de 18.10.2006

AGRAVANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO – SAE

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. RESPONSABILIDADE PELO DESCUMPRIMENTO. Havendo termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, é de total responsabilidade da empregadora cumprir o que nele está estipulado, sendo passível de execução a sua inobservância, como previsto no art. 876 da CLT. Nesta perspectiva, não há como imputar aos empregados a responsabilidade pela inobservância do limite diário da jornada laboral e não concessão dos intervalos inter e intrajornada, pois constitui obrigação patronal “*cumprir e fazer cumprir as normas de segurança*”, conforme disposto no art. 157, I, da CLT, sendo seu o ônus de orientar, fiscalizar e exigir dos trabalhadores o cumprimento de normas de ordem pública e que tem por finalidade assegurar a eles condições mínimas de saúde, higiene do trabalho e segurança. Nesta linha de raciocínio, descumprido o termo de ajustamento de conduta livremente pactuado, deve a execução prosseguir em seus ulteriores termos de direito, já que a empregadora é quem responde pelo desrespeito da ordem jurídica que dispõe sobre os seus deveres para com o trabalhador.

00560-2007-057-03-00-3 AP – 7ª Turma – Publicação: DJ/MG de 18.10.2007

Agravante: Ministério Público do Trabalho

Agravados: 1) Carmense Comercial Ltda.

2) Naraney de Oliveira e outros

EMENTA: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – DESCUMPRIMENTO – EXECUÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE PAGAR – CONEXÃO – A discussão de fundo, nas execuções das obrigações de fazer e de pagar, é o descumprimento (ou não) do Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho. Sendo única a gênese, causa espanto o trâmite dissociado das duas ações, o que pode levar ao proferimento de decisões conflitantes, em manifesta violação ao direito fundamental da tutela jurisdicional. Se houve descumprimento da obrigação ajustada no Termo, cabia ao Ministério Público executá-lo por inteiro, cobrando a multa e forçando o adimplemento, num só ato, já que o título é único, indissociável.

01202-2007-036-03-00-7 (AP) – Publicação: DJMG 15.07.2008

Agravante: TRANSUR TRANSPORTE RODOVIÁRIO MANSUR LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA - DEFESAS DE AUTOAMENTOS DE INFRAÇÃO OFERECIDAS PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO – NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. A pendência de eventuais recursos administrativos junto ao Ministério do Trabalho não tem o condão de impedir a execução do termo de ajuste de conduta.

quando patente o seu descumprimento. Tratando-se de petições dirigidas às Delegacias Regionais do Trabalho, essas insurgências não vinculam a atuação do Ministério Público.

00542-2008-082-03-00-2-AP – 9ª Turma – Publicação: DEJT 10.06.2009

AGRAVANTE - Município de Riacho dos Machados

AGRAVADO - Ministério Público do Trabalho

E M E N T A - Justiça do Trabalho – Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – Execução – Competência – Município – Servidor Público – Regime Jurídico Único – Estatutário – A competência da Justiça do Trabalho não se fixa em face da pessoa, mas pelo pedido e por sua causa. Se o Município-Executado adota o Regime Jurídico de natureza estatutária, define por lei municipal que a admissão de servidores temporários dar-se-á mediante contrato administrativo, os compromissos por ele assumidos em Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho (de atender as normas constitucionais de admissão de servidores), não se inserem em relação jurídica de emprego ou de trabalho, mas de natureza jurídico-administrativa. Nesse sentido, uma vez cancelada a Orientação Jurisprudencial nº 205 da SDI-1/TST em 23 de abril de 2009, depois de inúmeras reclamações apresentadas e acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal, não mais subsiste a competência desta Justiça do Trabalho para examinar e julgar as ações (ou execuções) propostas contra entes da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional vinculadas por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. Trata-se, portanto, de competência interdita pela decisão liminar proferida na ADI 3395 de 01/02/2005.

00089-2009-082-03-00-5-RO – 10ª Turma – Publicação: DEJT 07.10.2009

RECORRENTES: GERALDO CUSTÓDIO DOS SANTOS E OUTRO

RECORRIDO: LAERTE PEDRO AUGUSTO

EMENTA: HORAS *IN ITINERE*. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA COM O MPT. NORMA COLETIVA.

DISTINÇÃO. O direito às horas *in itinere* passa, necessariamente, por dois aspectos, tendo em vista a disposição legal própria do § 2º do art. 58/CLT: local de difícil acesso ou não servido por transporte público e a circunstância de o empregador fornecer a condução. Os pressupostos são cumulativos e não se confundem, devendo coexistir. Portanto, se estão presentes ambos os pressupostos para o direito assegurado pela lei consolidada no § 2º do art. 58/CLT, o empregado faz jus à verba. Além disto, nos termos da Súmula 90/TST, inciso II, a incompatibilidade de horário é circunstância que também gera direito às horas *in itinere*. E não pode a norma coletiva derogar tal disposição, sem qualquer outra compensação a este título. Mas a posição diante de um Termo de Ajuste de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho, não pode ser a mesma. Isto porque, a existência deste termo de compromisso confere legitimidade às questões nele tratadas, pois diferentemente da negociação coletiva,

onde existe a autocomposição de interesses pelas próprias categorias envolvidas, há naquele ajuste de conduta uma regularização da ilegalidade verificada pelo Ministério Público, que merece ser respaldada pelo Judiciário, sob pena de invalidar a iniciativa e a própria atuação da entidade em favor da classe dos trabalhadores.

00841-2009-016-03-00-2-AP – 4ª Turma – Publicação: DEJT 07.12.2009

Agravante: **LIFECENTER SISTEMA DE SAÚDE S.A.**

Agravado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO – EXECUÇÃO DE CLÁUSULA PENAL – TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Verificado que o Agravante não cumpriu a obrigação assumida no termo de compromisso firmado com o Ministério Público do Trabalho, para o preenchimento de vagas com trabalhadores portadores de necessidades especiais, nos percentuais de empregados previstos nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 36 do Decreto 3.298/99, incide a cláusula penal avençada para reforçar o cumprimento do ajuste, cuja exigibilidade não foi condicionada à prova da efetiva existência de trabalhadores aptos a serem contratados.

00450-2009-096-03-00-6-AP – 3ª Turma – Publicação: DEJT 30.06.2010

Agravante: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Agravado: **MUNICÍPIO DE UNAÍ**

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXECUÇÃO. TAC FIRMADO PELO MUNICÍPIO PERANTE O MPT. A competência desta justiça especializada não é fixada tendo-se em vista a pessoa, mas sim, o pedido e a sua causa. Assim, não obstante tenha o Município agravado firmado TAC perante o Ministério Público do Trabalho cujas atribuições vinculam-se à competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 83, da Lei Complementar nº 75, de 1993, os compromissos ali assumidos dizem respeito ao descumprimento de normas constitucionais, ausência de concurso público, relações jurídicoadministrativas, não atraindo a competência desta Especializada apenas o fato de se pretender execução de TAC pelo MPT, porquanto a questão relativa à validade ou não do vínculo jurídicoadministrativo estabelecido entre o Poder Público e os servidores por ele contratados não se insere no âmbito da competência da Justiça do Trabalho, à luz da disposição contida no artigo 114, da CR/88.

02590-2009-058-03-00-2-AP – 1ª Turma – Publicação: DEJT 26.11.2010

AGRAVANTES: 1) FAROESTE AGROPECUÁRIA ALIMENTOS E MINERAÇÃO LTDA. E OUTRO 2) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

AGRAVADOS: OS MESMOS

EMENTA: TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC) – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – EXIGIBILIDADE. De acordo com os artigos 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e 876, da CLT, o termo de compromisso firmado pelo infrator em procedimento investigatório, perante o Ministério Público do Trabalho, tem natureza de título executivo extrajudicial, possibilitando a execução desde logo perante esta Justiça do Trabalho. Por essa razão, é desnecessária, nesses casos, a propositura de outra Ação, possibilitando, desde logo, a execução daquele ajuste, quando haja seu descumprimento.

Processo Nº AP-547-52.2010.5.03.0011 – 6ª Turma – Publicação: DEJT 28.02.2011

EMENTA: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - EXECUÇÃO IMEDIATA. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. Segundo nossa matriz constitucional, a função jurisdicional é incondicionada, logo estando ajustado no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o executado ora agravante e o Ministério Público do Trabalho o cumprimento de determinada avença, sem a ressalva de que a execução somente se daria após o esgotamento da via administrativa, esta condição não pode ser oposta como motivo de sobrestamento do feito judicial, a fim de que a parte possa cumprir todos os trâmites administrativos que estão ao seu talante, para que aí possa o Ministério Público do Trabalho atizar a via judicial. **Pelo compromisso assumido as partes não condicionaram a incidência das multas nele ajustadas à prévia lavratura de autos de infração pela Delegacia Regional do Trabalho ou ao julgamento dos recursos administrativos interpostos pelo empregador contra os mesmos autos.**

00311-2009-145-03-00-8-AP – 2ª Turma – Publicação: DEJT 03.06.2011

AGRAVANTES: (1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

(2) TRIP LINHAS AÉREAS S.A.

AGRAVADOS: OS MESMOS

EMENTA: EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. MULTA. O objetivo da imposição da multa nas execuções das obrigações de fazer e não fazer ajustadas pelo empregador em Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado perante o Ministério Público do Trabalho é compelir a empresa a sanar as irregularidades e adimplir as obrigações assumidas. Sendo assim, o juízo pode reduzir o valor da cominação previsto no TAC caso entenda que tal *quantum* se mostra excessivo e, portanto, inadequado ao fim precípua de tornar efetivo o cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa, tendo em vista o considerável acúmulo da multa e a extrema dificuldade de execução da quantia apurada. Inteligência dos artigos 461, parágrafo sexto, e 645, parágrafo único, ambos do CPC.

01507-2004-112-03-00-4-AP – 3ª Turma – Publicação: DEJT 13.06.2011

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO - FELUMA

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. TAC. CUMULAÇÃO DE MULTA E AÇÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. Segundo o sistema processual do trabalho, os termos de ajustamento de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho importam em títulos executivos extrajudiciais, de competência da Justiça do trabalho, na forma do artigo 876/CLT, porquanto gozam de certeza e liquidez, razão pela qual desnecessária a fase cognitiva. Comprovado o descumprimento total ou parcial da avença, emerge o direito de execução direta, sem prejuízo da multa fixada, que remanesce como devida, na forma do convencionado, inclusive acerca de seus limites e proporcionalidades.

01576-2008-042-03-00-5-AP – 2ª Turma – Publicação: DEJT 16.11.2011

AGRAVANTES: (1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

(2) USINA CAETE S.A. – UNIDADE DELTA

AGRAVADOS: OS MESMOS

EMENTA: TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. EXECUÇÃO. Na execução das multas decorrentes do inadimplemento de obrigações previstas em Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a empresa executada, devem ser observadas estritamente as obrigações acordadas e seu efetivo descumprimento, resguardando-se, assim, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, que devem permear a constituição desses Termos, que representam preciosos meios de efetiva implementação dos direitos dos trabalhadores.

00812-2011-107-03-00-2 AP – 10ª Turma – Publicação: DEJT 09.02.2012

AGRAVANTE: EMPRESA SANTA MARIA LTDA.

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. DESCUMPRIMENTO. MULTA. O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado entre a empresa e o Ministerio Publico do Trabalho, tem eficacia de titulo executivo extrajudicial, podendo ser executado diretamente, prescindindo de procedimento administrativo prévio. Constatando-se, desta feita, o descumprimento da obrigacao de fazer constante do TAC, impoe-se a aplicacao respectiva multa, na forma da clausula penal prevista no referido Termo.

00220-2010-069-03-00-8 – 9ª Turma – Publicação: DEJT 14.10.2011

AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: EMTERPEL EMPRESA DE TERRAPLENAGEM PEDROSA LTDA.

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – A multa por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta não se confunde com astreintes fixada pelo Juízo a quo na hipótese de não cumprimento, dentro do prazo estabelecido, da obrigação de fazer, tendo natureza distinta as duas sanções. A primeira é uma penalidade que decorre do descumprimento de cláusula do TAC e a segunda possui natureza diversa, que é a de assegurar a eficácia do comando judicial que estatui uma obrigação de fazer ou de não fazer e pode ser aplicada até mesmo de ofício pelo juiz (CPC, artigo 461, parágrafos 4º e 5º).